

**Eunice Cabral**

Universidade de Évora

## **Articulações problemáticas entre literatura e política na contemporaneidade**

### 1. Política e literatura: articulações no tempo inicial da modernidade

Literatura e política são domínios da atividade humana marcados pela autonomia reivindicada pelo Iluminismo e afirmada pela modernidade inicial. Se, nos primórdios da modernidade, a autonomia gerava comunicação e fluidez, tal não tem acontecido atualmente na modernidade tardia em que elevados graus de separação e de complexidade têm gerado incomunicabilidade e impasse.

Nos inícios da modernidade, a consciência de época da modernidade ocidental consiste, entre outros aspetos, na relação estabelecida com o racionalismo, que, por sua vez, se articula com a generalização do desencanto em que a despromoção da religião dá lugar à cultura profana. Também, a desintegração das concepções religiosas do mundo gerou o desenvolvimento das ciências empíricas, a autonomização das artes e a distinção de esferas culturais de valores. Neste contexto, devemos ter em conta que, na afirmação da modernidade ocidental, a fé religiosa é substituída pela razão, que passou a estar dotada de um poder unificador.

Ora, a modernidade, na sua afirmação inicial, concebe que o princípio dos tempos modernos é a subjetividade, o que implica, por sua vez, quatro conotações: o individualismo, o direito à crítica, a autonomia do agir e a filosofia idealista, domínios que funcionam em correspondência e em diálogo uns com os outros<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Jürgen Habermas, *Der Philosophische Diskurs der Moderne* (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985).

É neste contexto que o Romantismo europeu se desenvolve, dando voz à interioridade absoluta enquanto vontade subjetiva e enquanto experiência de um sujeito descentrado para o qual os laços tradicionais se dissolveram e que ambiciona a auto-realização expressiva. Por conseguinte, o que o princípio da subjetividade separa, une a razão. É esta bipartição de forças que permite as facetas modernas respeitantes ao direito à crítica e à autonomia do agir não se dissociarem por completo da arte romântica. Assim sendo, foi possível, nos tempos iniciais da modernidade, uma articulação entre a política e a literatura pela via do compromisso que os autores românticos assumiram quanto aos destinos da sociedade.

Na Literatura Portuguesa, temos os exemplos de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano, que, sendo escritores numa época de confrontos políticos e sociais, tomaram posições claras como cidadãos, sem que estas situações pusessem em causa a sua entrega a uma interioridade absoluta expressa nas obras literárias das quais foram autores. Nesse entendimento, ao desempenhar funções oficiais várias, que foram entendidas pelos próprios e pelos seus concidadãos como aceitáveis e até recomendáveis e ao escrever textos literários em que a subjetividade foi central na representação da singularidade e da realidade envolvente, harmonizaram uma contradição aparente, a que poderia opor o indivíduo à sociedade.

Neste caso, o dos autores românticos portugueses mencionados, a articulação entre literatura e política teve lugar num tempo em que distintas áreas de expressão humana interagem e se influenciavam entre si. Assim sendo, literatura e política interpenetravam-se como facetas de uma auto-expressão em que o sujeito individual e o coletivo confluíam de modo relativamente desinteressado no plano de uma cidadania corretamente entendida. Esta articulação foi praticada como um ponto de chegada de uma aprendizagem cívica e individual considerada incontornável na formação do indivíduo-escritor e simultaneamente na constituição de uma nova sociedade saída do liberalismo. A este propósito, tornou-se clássica a citação de *Viagens na Minha Terra* (1846) de Almeida Garrett em que o narrador comenta, à laia de desabafo, que a literatura deve representar a sociedade: “Mas aqui é que me aparece uma incoerência inexplicável. A sociedade é materialista; e a literatura,

que é expressão da sociedade, é toda excessivamente, absurdamente e despropositadamente espiritualista! Sancho rei de facto! Quixote rei de direito!”<sup>2</sup>

## 2. Literatura e política como domínios inarticulados pela autonomia em tempo da pós-modernidade

Com a exceção das correntes literárias afetas ao Realismo das décadas de 30 e de 40, as linguagens literárias de Novecentos, nas sociedades ocidentais, reivindicaram a autonomia em relação à realidade social, como são exemplos os vários movimentos de vanguarda e os Modernismos literários, herdeiros do Simbolismo e do Esteticismo-Decadentismo de finais de Oitocentos.

Se entendermos que o Pós-Modernismo é o movimento hegemónico da literatura ocidental desde a década de 50 de Novecentos, então, a autonomia referida tem sido reproduzida e acentuada face aos determinismos naturais e sociais pela adoção da dúvida epistemológica, uma das características fundamentais do Modernismo literário.

Assim, atendendo às características do sistema literário pós-modernista, os textos e as obras, produzidos e publicados durante este período, não têm, por um lado, articulação com as realidades mais amplas (sociais, políticas, coletivas), não representando, conseqüentemente, essas realidades. Por outro lado, os apelos à autonomia e à renovação contínua dos discursos literários já não são portadores de evolução ou de originalidade, mas, pelo contrário, podem ser vistos como sinal de exaustão, sendo acompanhados por posições e situações de fragmentação.

A consciência moderna de época é caracterizada pela diferença crescente entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, sendo que os tempos modernos conferem ao horizonte de expectativa uma dimensão radicada no futuro ao mesmo tempo que se dá a destruição dos mundos da vida de cunho rural e artesanal, ligados ao período pré-moderno. De facto, o mundo moderno caracteriza-se por se

---

<sup>2</sup> Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, texto fixado por Augusto da Costa Dias, 3.<sup>a</sup> edição (Lisboa: Editorial Estampa, 1977), p. 31.

abrir ao futuro, cindindo-se do passado e apelando a uma renovação com vista a uma melhoria progressiva e crescente<sup>3</sup>.

Acontece que os mecanismos sociais (também políticos, económicos e financeiros), na atualidade, replicam uma renovação tecnológica que não apenas adquiriu uma autonomia em relação às restantes esferas da vida, como alarga e acentua a “experiência” pelo choque da novidade e da rapidez, fazendo sobressair o imediatismo e a instataneidade, sem que tais fatores se inscrevam num espaço e num lugar de diferença.

Autonomia e renovação, ditames absolutamente modernos, têm vindo a esgotar o campo da literatura devido à especularidade e à fragmentação, que evidenciam as facetas impessoais e anónimas por parte da produção e da circulação da literatura. Dito de outro modo: não havendo horizonte de expectativas coletivas, as produções literárias inscrevem-se de modo pulverizado, inequivocamente individualizado e expondo o literário a uma lógica especular e mercantil.

### 3. Mercantilização da literatura e profissionalização da política

Uma das características do estado atual em que nos encontramos é a profissionalização dos domínios da atividade humana, que é causada pela necessidade de especialização e, ainda, pelo ganho de trabalho em escala.

Observando um dos denominadores da questão central (literatura e política), o exercício da política em si mesmo, nas chamadas democracias ocidentais, tem sido efetuado por profissionais, o que exclui do exercício da política uma cidadania interventiva e alargada. Apesar de esta ser considerada necessária por todos os quadrantes políticos, tem sido concretizada em intervenções avulsas de contestação às políticas dominantes, sem que se prefigure, nos tempos mais próximos, políticas verdadeiramente alternativas às instituídas. Por esta razão, este contexto leva ao afastamento entre os políticos e os cidadãos que, por sua vez, se acantonam em atitudes de rutura (movimentos dos indignados, movimentos anti-globalização, etc.), sem verdadeiramente exercerem uma cidadania atuante e responsável.

---

<sup>3</sup> Jürgen Habermas, *Der Philosophische Diskurs der Moderne* (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985).

A profissionalização da política tem vindo a ser acompanhada de um outro fator que acentua de modo flagrante a desarticulação entre literatura e política, que é a auto-suficiência e o automatismo da modernidade social. Com efeito, uma das interpretações possíveis é a de que vivemos, na atualidade, as consequências dos processos de modernização, que se tornaram auto-suficientes e automáticos, não necessitando de mediações legitimadas para os assegurar e implementar. Assim, a modernização social executa de modo autónomo e anónimo as leis funcionais da economia e do estado, da técnica e da ciência.

Pelo lado da arte e da literatura, a correspondência da auto-suficiência e do automatismo técnico e tecnológico manifesta-se na profusão indiscriminada e aleatória das produções em que todas as possibilidades contrárias foram descobertas e assimiladas, sendo cada vez mais improvável qualquer alteração das premissas culturais e artísticas.

O problema que se coloca, nos tempos atuais, em relação à literatura e à política, como domínios autónomos, é a impossibilidade de evolução nos termos em que são pensados, exercidos, praticados e produzidos. Se se quiser estabelecer uma relação entre os dois domínios, fatores e dados terão que ser fundamentalmente outros para que se registre uma articulação.

#### 4. O pós-moderno literário e o pós-político

Levando ao extremo o estado atual no qual existimos, podemos interpretar que a literatura, no contexto da pós-modernidade, é produzida como entretenimento ou como vanguarda artística erudita, cujo poder de renovação se desgastou fortemente desde a década de 80 de Novecentos. Entretenimento literário como produção em série e literatura de vanguarda que se quer erudita e séria confluem de forma aleatória e de maneira indiferenciada no espaço da cultura atual, na medida em que, por razões muito distintas (até eventualmente opostas), não conseguem interpelar a realidade, sendo agentes passivos de uma perda de capacidade de questionação do mundo, que é legítimo que se denomine como a “função social da literatura”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> J. Tynianov, “De l'évolution littéraire”, *Théorie de la Littérature* (Paris: Éditions du Seuil, 1965).

Ora, esta “função social da literatura”, face à discrepância entre as pessoas-cidadãos e a cultura e arte (incluindo a literatura) produzidas e recebidas num meio de direção único, como é o mercado de consumo, esvazia-se pela indiferença, pelo alheamento e até pelo cinismo com que uma eventual articulação entre literatura e política poderia ser abordada.

Pelo lado da política, a despolitização da economia, que tem vindo a tornar-se mais visível desde a designada crise das sociedades desenvolvidas, surge como uma das manifestações da noção do pós-político, cuja definição é a negação do poder da política como reflexão e como intervenção na aceção clássica do termo. Esta situação é paradoxal porque se, por um lado, todos os aspetos sociais e económicos parecem já previamente estabelecidos, por outro lado, o futuro em termos políticos parece incerto, desconcertante e parcialmente desconhecido. Tal é devido ao facto de a noção de futuro, enquanto horizonte de expectativa moderno, que apontava para o progresso da humanidade, se encontrar atingida pela turbulência e pela incerteza. Hoje em dia sabemos que este progresso, tal como o concebemos do ponto de vista material, não é extensível a toda a humanidade: ou é restrito a poucas zonas do globo, tais como a Europa e a América do Norte, ou não terá lugar para a imensa maioria humana.

Para que toda a humanidade tenha acesso a um progresso concebido em termos minimamente democráticos, o modelo de desenvolvimento ou de crescimento tem que ser deliberada e acentuadamente alterado. Este é o ponto de impasse da atualidade em que a lógica da globalização automática e da subsequente indiferenciação cultural e artística impregna todos os domínios da vida.

De forma irónica, as funções sociais desempenhadas outrora pela literatura e pela política foram usurpadas pela comunicação de massas que veicula a noção de que a realidade na qual existimos é neutra e impassível. Publicidade, *gadgets* cada vez mais sofisticados para redes de informação e de comunicação exercem a função social no sentido em que são a forma e o conteúdo do que une os seres humanos uns aos outros, anulando as mediações tradicionais que eram exercidas

pela arte, pela ciência e pela política, comprometendo, deste modo, o trabalho específico de interpretação da realidade empírica que cada um dos domínios tem a capacidade de assegurar. Em substituição, a comunicação de massas, tendo vindo a ocupar paulatinamente o espaço público, reproduz a noção hegemónica de um acesso democrático, imediato e permanente ao real. Como este real não tem o seu avesso nem o seu oposto, é considerado único, transformando todas as entidades que molda como partes de uma sociedade anónima, impessoal e indiferenciada de consumo generalizado e globalizado<sup>5</sup>.

Atendendo aos dois termos em análise, e nesta sequência, literatura e política perdem o poder de formação e de informação que tinha sido o seu desde o tempo inicial da modernidade.

É evidente que a “função social da literatura”, tal como foi concebida, escrita e até vivida até meados de Novecentos, terá que ser repensada em termos distintos. O que acontece é que a extensão do nosso impasse é muito profundo, pois torna-se dolorosamente notório que não possuímos os termos com os quais deveríamos pensar essa mesma conceção nova e atuante, ou se se quiser, estando ausente uma nova ordem simbólica, não a conseguimos pensar nem criar.

As exceções a este contexto, que diria que é sobretudo europeu, são as obras literárias que emergem de sociedades convulsionadas recentemente por mudanças drásticas em que, de facto, a modernização não funciona de forma automática nem o progresso se tornou auto-suficiente. Exemplo flagrante de uma obra literária em que a literatura e a política se conjugam de modo eficaz e original é o romance *Disgrace* (1999) da autoria de J. M. Coetzee<sup>6</sup>.

Este romance de Coetzee, cruzando várias histórias situadas numa África do Sul contemporânea (depois do desaparecimento do *apartheid*) interpela relações familiares e raciais de modos acentuadamente inovadores em que os fatores, que tecem estas relações, se interpenetram e se cruzam, fazendo com que o leitor se questione sobre a validade ou o malefício de novas realidades individuais e coletivas. O leitor conclui que alguns aspetos se perdem

---

<sup>5</sup> Mario Perniola, *Contra a Comunicação* (Lisboa: Editorial Teorema, 2005).

<sup>6</sup> J.M. Coetzee, *Disgrace* (London: Penguin Books, 2000).

e que outros se ganham numa aritmética difícil de contabilizar no final. No entanto, parece claro que as mudanças tiveram nitidamente lugar e que é pedido de forma indireta aos leitores para pensarem nelas como entidades em evolução. A conclusão a tirar da diegese inesperada e surpreendente deste romance é que nada está ainda perdido, mas simultaneamente nada foi ainda ganho numa dinâmica enunciada pelo discurso romanescos de forma modesta mas efetiva entre literatura e política.